



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 100, DE 26 DE MAIO DE 2025.**

Altera a Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Art. 1º Altera o caput do art. 105 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, do filho ou enteado e de irmão, pessoas sob a sua guarda ou curatela, mediante apresentação de atestado, caso o período seja igual ou inferior a 02 (dois) dias. Em sendo o período igual ou superior a 03 (três) dias ou caso sejam apresentados atestados sucessivos, será necessária a comprovação através de médico oficial do Município por meio de inspeção. (...) (NR)

Art. 2º Altera o inciso IV do art. 111 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 111 (...)

(...)

IV - Por 02 (dois) dias consecutivos por motivo de falecimento de avô, avó, neto, sogro/sogra, genro, nora, cunhados e sobrinhos." (NR)

Art. 3º Altera o parágrafo único do art. 203 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 203 (...)

Parágrafo único. A licença deverá ser requerida pelo interessado ou algum representante, diretamente no Departamento Pessoal, em até 02 (dois) após o exame médico constatar sua necessidade, sob pena de perda do direito." (NR)

Art. 4º Altera o caput do art. 204 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 204 Para licença de 03 (três) até 15 (quinze) dias, deverá ser feita a inspeção por médico do serviço oficial do próprio Município e, se for por prazo superior, por junta médica oficial. (...) (NR)

Art. 5º Altera o caput, altera o § 2º e revoga o § 5º do art. 208 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 208 Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

(...)

§ 2º No caso de nascimento prematuro ou internação prolongada da mãe, a licença terá início a partir da alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último. (...) (NR)

Art. 6º Altera o caput e revoga os § 1º e § 2º do art. 209 da Lei nº 2.563/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 209 A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo de remuneração, restando deferida mediante apresentação do Termo de Adoção ou Termo Provisório, expedido por autoridade competente. (...) (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 26 de Maio de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**JUSTIFICATIVA I AO PL Nº 100/2025.**

Inicialmente, buscamos a alteração do Artigo 105 da Lei nº 2563/1992 para regular os prazos da licença por motivo de doença de pessoa da família, sendo que prazos iguais ou inferiores a 02 (dois) dias bastará a apresentação de atestado e prazo igual ou superior a 03 (três) dias será necessária a inspeção oficial.

Esta alteração visa auxiliar o servidor no sentido de não precisar realizar uma dupla checagem para situações de saúde de pequena repercussão que muitas vezes se resolvem em apenas 01 (um) dia, sendo que a ida até a inspeção oficial muitas vezes consome tempo de serviço do servidor.

Com relação a alteração do inciso IV do Artigo 111 da Lei nº 2563/1992 inserimos mais familiares na lista de pessoas que em razão do falecimento podem fazer com que o servidor tenha que se ausentar do serviço, buscando trazer mais respeito e dignidade para o servidor.

Quanto ao Parágrafo Único do Artigo 203 da Lei nº 2563/1992, a alteração se faz necessária para fins de acrescentar que o requerimento de licença poderá ser feito por representante do servidor e no Artigo 204 a alteração se dá para que não seja necessária a inspeção médica oficial para situações médicas que se resolvam em até 02 (dois) dias.

Seguindo, necessária a alteração da redação dos Artigos 208 da Lei nº 2563/1992 buscando majorar o prazo da licença gestante de 120 dias para 180 dias, sem necessidade de requerer a prorrogação por 60 dias, buscando assim auxiliar a servidora gestante que não necessitará efetuar novo requerimento para obtenção do prazo na íntegra.

Também alteramos o § 2º do Artigo 208 da Lei nº 2563/1992 no sentido de iniciar a licença maternidade para casos de prematuridade apenas após a alta hospitalar da mãe ou do bebê, o que acontecer por último, buscando fornecer maior tempo da genitora junto a criança, já que o contato de fato se dará a partir da liberação hospitalar.

Outrossim, buscamos a revogação do § 5º do Artigo 208 pois não será mais necessário o pedido de prorrogação do prazo diante da majoração do prazo de 120 para 180 dias de maneira direta.

Com relação ao Artigo 209, requeremos sua alteração no sentido de equiparar o prazo da licença gestante para as servidoras que adotarem e ou obtiverem guarda judicial.

O STF já assegurou a equiparação entre as licenças concedidas à gestante e à adotante, independentemente da idade da criança adotada ou sob guarda, conforme entendimento consolidado no Tema 782 da Repercussão Geral.

Abaixo faço a transcrição do TEMA 782:

“Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.” (Supremo Tribunal Federal no RE nº 778.889-RG/PE, Tema 782 da Repercussão Geral)”

Ademais, se faz necessária a revogação dos § 1º e 2º do Artigo 209 para fins de adequar a nova realidade do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da licença para servidoras adotantes.

Rua Alfredo Chaves, 366 - Fone/Fax: (54) 3441.1477 - CEP: 95330-000 - VERANÓPOLIS - RS



Para verificar a autenticidade, acesse: <https://atos.veranopolis.rs.gov.br/paginas/validar> - com a chave: YG2W5ZJ3Q88LSAA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

Diante da importância do tema que busca melhorar as condições para as servidoras gestantes e adotantes, pedimos a aprovação do presente Projeto de Lei.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 26 de Maio de 2025.  
CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.

